

## **ENSINO DE GEOGRAFIA, DIVERSIDADE E ESTÁGIO.**

Eixo Temático: **Educação e Diversidade**

Forma de Apresentação: **RELATO DE VIVÊNCIA**

Lucas Victor Faria<sup>1</sup>

Sandra de Castro de Azevedo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A diversidade não deve ser tratada na educação de forma pontual, este trabalho apresenta um relato de vivência que ocorreu na regência do estágio obrigatório II, do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas, onde foi trabalhado a temática sobre Oceania articulada ao respeito à diversidade com uma turma de 9º ano de uma escola pública em Alfenas. Dentre essa temática, foram discutidos a respeito da população nativa do continente, os Aborígenes, que ao longo da colonização, foram sendo marginalizadas e massacradas, processo muito parecido com o que ocorreu com a população indígena no Brasil. Também foi discutido o preconceito e a discriminação que os Aborígenes sofrem articulando com a realidade brasileira. Os alunos se envolveram muito com as discussões reforçando a necessidade de discutir essa temática nas aulas.

**Palavras-chave:** Estágio. Docência. Diversidade. Regência.

### **1 INTRODUÇÃO**

No curso de formação de professores de geografia, são constantes os questionamentos sobre um formato tradicional do ensino que ainda existe na educação básica. Quando os conteúdos dos continentes são trabalhados os professores apresentam dificuldades em tornar o conteúdo atrativo e de relacionar com a realidade dos alunos. Neste contexto, por meio de uma regência realizada no estágio, foi proposta uma tentativa de superar esse modelo de abordagem tradicional na geografia.

O estágio obrigatório é fundamental na formação do licenciando. Ele permite o graduando ter o primeiro contato com o cotidiano escolar, acompanhando o professor regente, analisando a sua prática, identificando a maneira que conduz uma turma e se relaciona com a comunidade escolar além do processo de ensino-aprendizagem. Neste processo é necessário que o estagiário faça uma reflexão sobre a docência e decida se é a carreira que ele devesse seguir. “A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. (PIMENTA e LIMA, 2005/ 2006, p.7) ”.

Conforme o programa da disciplina de “Orientação de Estágio Supervisionado e Práticas pedagógicas II” do curso de geografia na Unifal, era necessário planejar e aplicar a primeira regência em sala de aula. Trabalhei com os alunos do 9º ano sobre a Oceania relacionando a vivência dos alunos por meio da discussão sobre diversidade, racismo e preconceito encontrados no cotidiano.

### **2 METODOLOGIA**

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia- UNIFAL/MG.

<sup>2</sup> Professora do curso de Geografia- UNIFAL/MG.

Para desenvolver essa atividade foram realizadas sessenta horas de observação de sala de aula todas relatadas no diário de bordo, elaboração do plano de aula e a aplicação da regência para uma turma do 9º ano, na escola com a supervisão do professor regente e da professora orientadora de estágio.

Como já se aproximava o final do ano letivo e também os alunos estavam em período de realização das avaliações externas e internas, foi acordado com o professor regente que seguiria na regência o conteúdo já iniciado no semestre, que era sobre o continente Oceania. Antes da aplicação do plano de aula o mesmo foi apresentado em aula na universidade para avaliação da professora orientadora.

Para desenvolver a aula na escola, foi utilizado o datashow para expor imagens e textos e um mapa mundi para explicar a questão da localização e a extensão. A aula foi desenvolvida em no 3º e 4º horário na sala de vídeo e foi finalizada com uma roda de conversa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano de aula foi elaborado com o tema “Oceania: o novíssimo mundo e as transformações no mundo globalizado” e o objetivo geral do tema foi “Conhecer o continente oceânico, numa perspectiva histórico-geográfica, levando em consideração alguns processos físicos e humanos e efeitos do processo da globalização.” Houve muita dificuldade em conseguir referência bibliográfica sobre essa temática, fato que talvez faça o professor ficar somente com o conteúdo do livro didático.

Para realizar uma aula dialogada além do mapa mundi, foram utilizadas imagens para atrair a atenção dos alunos, uma das temáticas abordada foi a população aborígine, sua situação econômica, social e cultural articulada com os aspectos físicos do território.

Ao terminar o conteúdo no 4º horário, fizemos uma roda com os alunos, no qual trouxemos a questão dos aborígenes australianos e falamos brevemente sobre a situação que sofreram ao longo dos anos com o racismo e a discriminação. Com isso, chegamos à questão do racismo estrutural no Brasil.

a concepção de racismo estrutural busca compreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo. Esse tipo de racismo se aprofunda em nossas subjetividades, na medida em que o naturalizamos e acreditamos “que sempre foi assim” e “que não se pode fazer nada”. Também penetra fundo em nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma “ordem natural da realidade”. (RIBEIRO; FERREIRA e COSTA JÚNIOR, 2019, p. Não paginado).

Este momento foi muito importante, pois alguns alunos começaram a relatar sobre atitudes racistas que presenciaram como comentários a respeito do cabelo e diversas “piadinhas”, também relataram dificuldade de inserção de pessoas negras em alguns serviços. Essas manifestações dos alunos reforçam a necessidade da aplicação legal,

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Apesar da lei não indicar a abordagem na disciplina de geografia, a transversalidade do tema indica que deve ser trabalhado sempre que possível e articulado ao conteúdo. “Assim sendo, preconceito, racismo e discriminação exigem mais do que uma legislação que coíba sua prática e avanço”. (SAVAZZONI, 2015, p. 42).

Discussões como está é muito importante, para dar abertura aos alunos, colocarem questões vivenciadas no cotidiano que muitas vezes passam despercebidas e não conseguem identificar como racismo, preconceito, homofobia, machismo, bullying e outras formas de discriminação, que muitas vezes se manifesta em frases, piadas, risos, olhares e diversos meios na sociedade e até no ambiente escolar. Por isso é essencial que nos cursos de formação de professores sejam criadas estratégias que permitam esse tipo de vivência.

## CONCLUSÃO

Constantemente crianças e adolescentes em faixa etária escolar são vítimas de manifestações de racismo, preconceito e bullying. Em outros momentos as próprias crianças e adolescentes são as que acabam praticando essas ações com outras, sem contar que muitas vezes estas ações surgem dos professores e demais funcionários da escola, como alguns alunos mesmos relataram na discussão.

Para coibir esse tipo de atitude é urgente que esses conteúdos sejam trabalhados de forma transversal, relacionando o conteúdo do currículo com a realidade do aluno, projetos pontuais contribuem com a discussão, mas não são suficientes para resolver a questão. Dentro deste contexto é importante ressaltar que os estágios devem possibilitar a vivência de desafios que buscam a valorização da educação transformadora.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.645/08**, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acessado em 13 de julho de 2020.

PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, I. L. B; FERREIRA, M. D; COSTA JÚNIOR, J. Racismo sem racistas: entendendo o racismo estrutural. **Anais...** VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG, 2019, Campus Ribeirão das Neves. Disponível em: <<https://bit.ly/391QFAS>> Acessado em: 13 de julho de 2020.

SAVAZZONI, S. A. de. Preconceito, Racismo e Discriminação, **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 12, n. 12, 39-75, 2015.